



CATÓLICA  
FACULDADE  
DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA



CATÓLICA  
RESEARCH CENTRE  
FOR THE FUTURE OF LAW

LISBOA

# CENTRO DE PARECERES

O Católica Research Centre for the Future of Law desenvolve, através do seu **Centro de Pareceres**, uma atividade dedicada à **análise e resolução de problemas jurídicos** novos, particularmente complexos, suscitados pela comunidade – empresas, sociedades de advogados, instituições públicas, organizações não governamentais – e **que exigem uma investigação aprofundada, interdisciplinar e atenta às experiências do Direito Comparado**.

O Centro de Pareceres responde a consultas jurídicas, elabora estudos jurídicos e prepara reformas legislativas.

Conta com a colaboração de **especialistas nas várias áreas do Direito**, beneficiando do diálogo entre académicos com forte formação teórica e juristas de vocação mais prática, entre investigadores nacionais e investigadores estrangeiros.

A inserção do Centro de Pareceres na Universidade Católica possibilita a **articulação com outros domínios do saber** – economia, ciências da saúde, ciência política ou estudos de mercado –, permitindo assim dar resposta a questões não exclusivamente jurídicas e de **natureza multidisciplinar**.

O **Centro de Pareceres** assume-se como **um espaço de reflexão aberto à sociedade civil** e aos problemas jurídicos da atualidade, **oferecendo garantias de imparcialidade** e de **previsibilidade dos custos**.

DIRETORA  
DIRETOR EXECUTIVO

Prof.<sup>a</sup> Doutora **Elsa Vaz de Sequeira**  
Mestre **Tiago Macieirinha**

Um diálogo permanente entre  
académicos  
de forte formação teórica  
e juristas  
de vocação mais prática.

## DIREITO PÚBLICO

A equipa de Direito Público conta com especialistas nas áreas tradicionais do Direito Constitucional, dos Direitos Fundamentais e do Direito Administrativo Geral, bem como nos diversos ramos do Direito Administrativo especial, tais como a Contratação Pública, o Direito do Urbanismo ou o Direito do Ambiente. Áreas de especialização, como as Finanças Públicas, o Direito da Saúde ou o Direito das Migrações são igualmente objeto de estudo e de investigação dos membros do Centro que integram a equipa de Direito Público.

### **Maria da Glória Garcia**

Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se doutorou (Da justiça administrativa em Portugal. Sua origem e evolução). Foi Reitora da UCP entre 2012 e 2016 e Diretora da Faculdade de Direito entre 2011 e 2013. Integrou diversas comissões de elaboração de leis, designadamente as de redação da Lei da Nacionalidade, do Projeto de Lei da Reforma Administrativa, ou da revisão do Código do Procedimento Administrativo, e elaborou os projetos de Estatuto do Notariado e de Estatuto da Ordem dos Notários. Tem investigado e publicado nas áreas do Direito Administrativo, Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado, Direito do Ambiente e Direito do Urbanismo.



### **Luís Fábrika**

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se doutorou. Foi Diretor da Escola de Lisboa da referida Faculdade entre 2005 e 2011. Tem investigado e publicado nas áreas do Direito Administrativo e do Contencioso Administrativo. É consultor da sociedade Abreu Advogados e membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, nomeado pelo Presidente da República (desde 2006).



### **Jorge Pereira da Silva**

Professor Auxiliar e Diretor da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e de doutor. Tem desenvolvido investigação nas áreas do Direito Constitucional, dos Direitos Fundamentais, da Teoria Geral do Estado e da Ciência Política. Foi professor visitante no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica e no Instituto Superior de Estudos Militares. É também assessor do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores e é consultor jurídico privado, tendo elaborado pareceres e estudos legislativos sobre matérias como contratos administrativos, invalidade dos atos administrativos, planeamento urbanístico, sistema eleitoral, recurso de constitucionalidade, regime da nacionalidade portuguesa, estatuto dos estrangeiros e, em geral, sobre vários princípios constitucionais e diversos direitos fundamentais. Entre as suas publicações, destacam-se as obras "Proteção jurisdicional contra omissões legislativas" (2003), "Direitos de cidadania e direito à cidadania" (2004) e mais recentemente "Deveres do Estado de proteção de direitos fundamentais" (2015).



### **Gonçalo Matias**

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde concluiu a licenciatura, o mestrado e o doutoramento. É Vice-Diretor da Escola de Lisboa da referida Faculdade e da Católica Global School of Law. Realizou investigação como Fulbright Visiting Scholar na Georgetown University Law School. Especialista em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Internacional Público e Direito das Migrações. Foi consultor do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XV Governo Constitucional. Foi Assessor para os Assuntos Jurídicos e Constitucionais da Casa Civil do Presidente da República entre 2008 e 2014 e consultor da mesma Casa Civil desde 2014. Foi Diretor do Observatório das Migrações. Foi Secretário de Estado Adjunto e para a Modernização Administrativa do XX Governo Constitucional. É advogado e jurisconsulto, sobretudo nas áreas do Direito Público.



### **Maria d' Oliveira Martins**

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e de doutor. Leciona e desenvolve investigação nas áreas de Direito Financeiro, Direito Constitucional e Direito da Contratação Pública. É membro do Conselho da Direção da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP.



### **Tiago Macieirinha**

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e onde prepara o doutoramento, lecionando ao curso de Licenciatura e ao Curso de Mestrado em Direito Administrativo. Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas do Direito Administrativo, do Contencioso Administrativo, dos Direitos Fundamentais e do Direito da Saúde. É árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD). Foi adjunto do gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde do XIX Governo Constitucional e assessor jurídico do Gabinete do Primeiro-Ministro nos XIX e XX Governos Constitucionais. Desenvolve ainda atividade de jurisconsulto.



## **DIREITO PRIVADO**

A equipa de Direito Privado conta com especialistas nas várias disciplinas do Direito Civil, como a Teoria Geral do Direito Civil, as Obrigações, os Reais, a Família e as Sucessões. Integra ainda reputados investigadores no domínio do Direito Comercial, das Sociedades Comerciais, do Direito do Trabalho, do Processo Civil e do Direito Internacional Privado. Áreas de especialização, como o Direito dos Seguros, o Direito do Consumo, o Direito da Insolvência e a Propriedade Intelectual, são igualmente objeto de estudo e de investigação da equipa de Direito Privado.

## **DIREITO CIVIL**

### **Elsa Vaz de Sequeira**

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e de doutor. Foi co-coordenadora executiva do Centro de Arbitragem da UCP (2013-2017). Membro do Conselho Editorial da “Católica Law Review”. Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas do Direito Civil e do Direito Penal, em particular no domínio da colisão de direitos, da contitularidade de direitos e do contrato de franchising. Em 2015 recebeu o Prémio IAB na categoria de dissertações de doutoramento. Foi Assessora do Ministro da Cultura (1997-1998).



### **Ana Taveira da Fonseca**

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de doutor e é regente das disciplinas de Cumprimento e Não Cumprimento das Obrigações e de Garantias das Obrigações. Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas do incumprimento e das garantias das obrigações. É Coordenadora do 2.º ciclo de estudos da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP. Coordenadora Executiva do Centro de Arbitragem da UCP (2008-2016).



### **Ana Filipa Morais Antunes**

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e de doutor (A fraude à lei no Direito civil português/Em especial, como fundamento autónomo de invalidade negocial) em Ciências Jurídicas. Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas da Teoria Geral do Direito Civil, do Direito das Obrigações, do Direito da Família, do Direito Comercial e do Direito das Sociedades Comerciais. Tem vasta experiência enquanto juriconsulta. É advogada na Sérvulo & Associados .



### **Gabriela Páris Fernandes**

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e prepara o doutoramento. Tem desenvolvido investigação nas áreas da Teoria Geral do Direito Civil e do Direito das Obrigações, em particular no domínio da responsabilidade civil. Foi membro do Conselho de Direção da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP (2012-2015) e coordenadora executiva do Mestrado Forense da mesma Escola (2009). Foi adjunta do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira (out.1997 - abr.2011).



### **Fernando Oliveira e Sá**

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, instituição onde se licenciou e prepara o doutoramento. Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas da Teoria Geral do Direito Civil, do Direito das Obrigações, do Direito das Sucessões, do Direito Comercial e do Direito das Sociedades Comerciais. Foi bolseiro na Faculdade de Direito da Universidade de Munique e no Instituto Max-Planck de Hamburgo. Desenvolve atividade de juriconsulto.



## **DIREITO COMERCIAL**

### **Paulo Olavo Cunha**

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, instituição onde se doutorou (Cheque e convenção de cheque - Acerca da preponderância da subscrição cambiária sobre a relação contratual existente entre o banqueiro e o seu cliente) e de cujo Mestrado em Direito Empresarial e Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais é Coordenador. Tem investigado e publicado nas áreas do Direito Comercial, Direito das Sociedades Comerciais (incluindo Governação Societária), Direito da Insolvência, Direito da Economia e Ciências Jurídico-Comerciais em Geral. É sócio da sociedade Vieira de Almeida & Associados.



### **Evaristo Mendes**

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Mestre em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, atual Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Professor convidado desta Faculdade (Escola de Lisboa), co-coordenador dos Cursos de pós-graduação em Direito Comercial e coordenador adjunto do mestrado em Direito Empresarial. Advogado (consultor jurídico), autor e coautor de diversos textos, artigos e comentários jurisprudenciais, sumários de aulas e pareceres, sobretudo na área do Direito Comercial, em que também leciona e tem atuado como árbitro. Antigo bolseiro do DAAD e do Max Planck Institut de Munique (Direito da Propriedade Industrial).





## DIREITO DO TRABALHO

### António Nunes de Carvalho

Mestre em Direito. Docente convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Jurisconsulto. Autor e co-autor de várias obras e artigos em diversos domínios do Direito do Trabalho. Docente ou orador em cursos de mestrado, pós-graduações e congressos no âmbito de diversas instituições de ensino nacionais e estrangeiras. Membro da equipa que elaborou o anteprojecto de Código do Trabalho (2002-2003).



## PROCESSO CIVIL

### Rita Lynce de Faria

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e de doutor. Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas do Direito Civil e do Direito Processual Civil, sobretudo em matéria de providências cautelares, com destaque para a sua tese de doutoramento "A tutela cautelar antecipatória no Processo Civil português". Coordenadora do Centro de Arbitragem da UCP. Foi membro do Conselho de Direção da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP (2015-2016).



## DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

### Maria João Fernandes

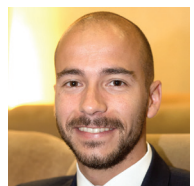
Colabora com a Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e prepara o doutoramento. Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas do Direito do Comércio Internacional e do Direito Internacional Privado (Conflitos de Leis, Direito da Competência Jurisdicional Internacional e Direito do Reconhecimento de Sentenças Estrangeiras). Lecionou nas licenciaturas em Direito da Escola do Porto da UCP, no Instituto Bissaya-Barreto (Coimbra), na Roger Williams University (Rhode Island, EUA) e na Universidade de Macau.



## PROPRIEDADE INTELECTUAL

### Tito Rendas

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, instituição onde se licenciou. É Master of Laws (LL.M.) pela Universidade de Harvard e Master of Laws (LL.M.) pela Católica Global School of Law. Foi investigador visitante no Max Planck Institute for Innovation and Competition, em Munique. Tem investigado e publicado nas áreas da Propriedade Intelectual e do Direito e Tecnologia.



# DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A equipa de Direito da União Europeia e Direito Internacional Público integra docentes e investigadores nas diversas áreas destas disciplinas, incluindo designadamente questões relativas ao Mercado Interno, à Concorrência, ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, à Cidadania Europeia, ao Contencioso da União Europeia, aos Direitos Humanos e Proteção de Direitos Fundamentais no Quadro Europeu, ao Direito do Mar ou ao Direito dos Recursos Naturais.

## Inês Quadros

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e prepara o doutoramento. É membro do Conselho de Direção da Escola de Lisboa da referida Faculdade. É advogada e tem publicado e desenvolvido investigação essencialmente nas áreas do Direito da União Europeia e do Direito Internacional Público, destacando-se a sua tese de mestrado relativa ao mecanismo das questões prejudiciais. Como juriconsulta colaborou na redação de pareceres no domínio do mercado interno (*golden shares*) e concorrência, e assessorou litigantes no quadro de pedidos de reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça da União.



## Armando Rocha

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou e prepara o doutoramento. Tem publicado e desenvolvido investigação nas áreas do Direito do Mar e Recursos Naturais, do Direito da União Europeia, do Direito Internacional Público e dos Direitos Humanos. Foi membro do Conselho de Direção da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP (2011-2015) e da Direção do Católica Research Centre for the Future of Law (2016-2017).



# PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO E METODOLOGIA

O Centro de Pareceres dedica-se também a áreas de ponta no domínio da metodologia jurídica e dos princípios fundamentais do Direito, interpretação, integração de lacunas, argumentação jurídica e fundamentação das decisões jurisdicionais.

## António Cortês

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, instituição onde se doutorou (Jurisprudência dos Princípios - Ensaio sobre os Fundamentos da Decisão Jurisdicional). Foi assessor do Presidente do Tribunal Constitucional entre 2007 e 2012. Tem desenvolvido investigação nas áreas da Filosofia do Direito, da Metodologia Jurídica, dos Direitos Humanos e Fundamentais bem como dos *General Principles of Law*.



Interdisciplinidade  
Imparcialidade  
Rigor



# DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

A equipa de Penal conta com o contributo de especialistas com trabalho de investigação e obra publicada em áreas clássicas do Direito Penal e do Direito Processual Penal, e nos domínios da responsabilidade penal das pessoas coletivas, do Direito Penal económico e de concorrência, do direito contra-ordenacional e de regulação exercida por autoridades administrativas independentes.

São ainda objeto de atenção os atuais campos de composição de conflitos resultantes da consagração da mediação penal, assim como a aplicação de categorias tradicionais do Direito Penal a novas dimensões políticas, sociais e económicas, como as relativas ao Direito Penal do risco, à relação entre o Direito Penal e os desafios colocados pelo terrorismo e a criminalidade organizada e transfronteiriça.

## Germano Marques da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se doutorou (Do processo penal preliminar). Foi Diretor da Faculdade de Direito da UCP entre 1996 e 2002, e entre 2005 e 2011. Tem desenvolvido investigação nas áreas do Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Penal Económico e Direito Penal Fiscal. É Diretor do Centro de Estudos de Direito Penal e Processo Penal da UCP (Prof. Doutor Manuel Cavaleiro de Ferreira). É sócio da sociedade Germano Marques da Silva & Associados.



## Pedro Garcia Marques

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e prepara o doutoramento. Tem desenvolvido investigação nas áreas do Direito Penal e do Direito Processual Penal, assim como dos Direitos Fundamentais, em particular sobre liberdade de expressão de opinião, liberdade de imprensa e sua relação com a proteção de segredo de justiça. Foi membro do conselho de Direção (2004-2005) e do Conselho Consultivo junto da Direção (2011-2013) da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP, e membro do Conselho de Coordenação do Católica Research Centre for the Future of Law (2013-2014).



## Henrique Salinas

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, instituição onde se licenciou, obteve o grau de mestre e de doutor e de cujo Mestrado Forense é Coordenador. Tem investigado e publicado nas áreas do Direito Penal, Processo Penal, Direito Penal Económico e Direito das Contra-ordenações. É Advogado, Sócio da CCA - Ontier.

